

Ulysses já tem data para promulgar Carta

Para Constituição ficar pronta em 21 de abril, todos vão trabalhar até nos feriados

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

O presidente Ulysses Guimarães sonha com a possibilidade de promulgar a nova Constituição num dia triplamente simbólico, 21 de abril — morte de Tiradentes e Tancredo e aniversário de Brasília. Para isso, ele está contagiando a todos envolvidos no processo constituinte, dos funcionários do Congresso ao relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), com sua verdadeira obsessão pelo apressamento dos trabalhos.

Até agora, a fática vem se revelando eficaz. Ao contrário do que aconteceu na fase anterior ao início da votação pela Comissão de Sistematização, quando os prazos eram sucessivamente adiados, o cronograma desta vez está sendo cumprido até com antecedência. O parecer do relator, que só deveria ser divulgado ontem, chegou na quinta-feira às mãos dos constituintes.

Os outros prazos continuam valendo. Hoje, amanhã e segunda-feira vão ser reservados para o recebimento dos destaques. Na terça-feira, serão entregues as preferências e quarta-feira vai ter início a votação do projeto. Segundo o assessor da Secretaria-Geral da Mesa, Mozart Viana de Paiva, Ulysses pretende que sejam feitas sessões diárias, "de manhã, de tarde, de noite, aos sábados, domingos e até no Carnaval".

Na opinião de Mozart, o prazo sonhado por Ulysses para a promulgação da nova Constituição é possível de ser cumprido, desde que não surjam obstáculos imprevistos. E o atraso, se acontecer, certamente não será provocado pelos funcionários da Secretaria-Geral da Mesa ou da gráfica do Senado. Eles estão se desdobrando para acompanhar o ritmo de Ulysses, e Mozart garante que tudo tem sido feito com o maior prazer.

— Você vê, na segunda-feira, o prazo final para o recebimento dos destaques é meia-noite, mas deveremos ficar até quatro, cinco horas da manhã para atender a todos os que estiverem com senha. E na terça-feira, às 9 horas, já estaremos recebendo os pedidos de preferência. Mas o trabalho é bom, a gente faz isso com perspectiva histórica.

O recebimento de emendas, destaques e preferências não é tarefa simples: na hora da entrega, o número de assinaturas tem que ser conferido e em seguida entra em ação uma equipe com a incumbência de identificar as assinaturas e ver se não há nenhuma repetida. A identificação equivocada de uma assinatura, pelo funcionário encarregado de recolher assinaturas para a emenda do deputado Mathews Iensen (PMDB-PR), prevendo cinco anos de mandato para Sarney, provocou grande confusão há poucos dias. O funcionário achou que a assinatura de Gerson Peeres (PDS-PA) era de Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e quando Mansueto viu o seu nome numa emenda que não era a sua, começaram as suspeitas sobre a possibilidade de assinaturas estarem sendo falsificadas. Mas até agora não foi identificada nenhuma fraude.

COMPUTADOR

Desta vez o trabalho de checagem das assinaturas — 187 para os destaques e 56 para as preferências — terá um valioso auxiliar, o computador do Prodasen. Os funcionários marcarão num mapa o nome dos signatários e o computador identificará quais assinaram mais de uma vez a mesma emenda. "Queremos tornar impossível o erro", afirma Mozart, lembrando que o trabalho feito manualmente pode deixar passar alguma falha. Além do recebimento de emendas, destaques e preferências, a equipe da Secretaria-Geral é que prepara todo o material para o plenário.

A Secretaria-Geral também está preparando uma publicação que ajudará muito o trabalho de votação em plenário. E um quadro comparativo que vai mostrar, para todos os dispositivos do projeto, o texto aprovado pela Sistematização e as emendas oferecidas a cada artigo. Este quadro, acompanhado pela indispensável atenção dos constituintes, pode ajudar a evitar erros como o do senador Albano Franco (PMDB-SE), que na Comissão de Sistematização votou, por engano, a favor de uma das teses mais repudiadas pelos seus eleitores: o monopólio estatal da distribuição do petróleo.

GIVALDO BARBOSA



Os membros do Grupo dos 32 analisaram o parecer de Cabral e não se arriscam a prever o perfil da Carta

Centristas vão rever os temas polêmicos

Na nova fase de negociação na Constituinte iniciada com a divulgação do parecer de Bernardo Cabral, o **Centrão** deverá aceitar emenda do presidente Ulysses Guimarães fixando o limite máximo de oitenta deputados por Estado e 540 no total, e procedendo-se aos ajustes necessários para que nenhum Estado ou Distrito Federal tenha menos de oito ou mais de oitenta deputados. A emenda é de autoria de Ulysses Guimarães. A posição anterior do **Centrão** era a de que cada Estado poderia ter no máximo sessenta deputados.

Os dois grupos estão fazendo um levantamento das emendas apresentadas. Segundo o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), do **Centrão**, é possível que os centristas adotem novas propostas para itens sobre os quais não há consenso, e até mesmo aceitem a fusão de emendas. O coordenador do Grupo dos 32, senador José Richa (PMDB-PR), confirmou a possibilidade de o **Centrão** abandonar algumas de suas sugestões no processo de entendimento. Observou, entretanto, que as lideranças do **Centrão** têm dificuldades em negociar internamente, já que o grupo é heterogêneo "e foi formado de maneira muito rápida".

Na reunião de ontem, foram discutidas as seguintes emendas alternativas:

— **CÂMARA DOS DEPUTADOS** — O número de deputados por Estado ou pelo Distrito Federal será estabelecido pela Justiça Eleitoral, no ano anterior ao das eleições, proporcionalmente à população local, fixando-se o número total em 540, e procedendo-se aos ajustes necessários para que nenhum Estado ou Distrito Federal tenha menos de oito ou mais de oitenta deputados. A emenda é de autoria de Ulysses Guimarães. A posição anterior do **Centrão** era a de que cada Estado poderia ter no máximo sessenta deputados.

— **SERVIDORES PÚBLICOS** — Duas opções estão em jogo. Uma é a emenda do deputado Dionísio Hage (PFL-PA) que assegura ao servidor público civil, exceto os dos ministérios militares, o direito à livre associação sindical e de greve, observando o disposto nos artigos 10 e 11 (que tratam da associação profissional ou sindical e do direito de greve, estabelecendo, entre outras coisas, que as entidades sindicais deve garantir a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade). A outra alternativa é retirar a expressão "vedada a greve" da proposta do **Centrão**, que é a seguinte: "A lei disporá sobre o direito de associação do servidor público, vedada a greve e garantido na forma da tramitação de suas reivindicações".

— **EMPRESA NACIONAL** — Emenda do deputado Carlos Virgílio (PDS-CE) poderá ser acolhida. Pelo texto será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração. A empresa brasileira de capital nacional é a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital votante esteja, em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidade de direito público interno. A lei não criará discriminação ou restrição entre empresas, em razão da nacionalidade de origem de seu capital, obedecidas as diretrizes econômicas do Poder Executivo. Mas instituirá programas destinados a fortalecer as condições de competitividade interna e internacional do capital nacional, priorizando, para efeito de concessão de incentivos fiscais e creditícios e de preferência nas compras do setor público: os produtos e serviços cuja comercialização e prestação estejam protegidos por patentes industriais, registros de marca e direitos autoriais pertencentes a pessoas físicas e jurídicas domiciliadas no País e cumulativamente quando comercializados ou prestados por empresa nacional. A lei poderá conceder proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional e para as indústrias de ponta.

Para Richa, não se pode prever perfil da Carta

O coordenador do grupo dos 32, senador José Richa (PMDB-PR), afirmou ontem que diante do parecer apresentado por Bernardo Cabral, baseado nas novas regras aprovadas pelo **Centrão**, fica difícil fazer qualquer tipo de previsão sobre o texto que será aprovado pela Constituinte. Na avaliação do senador, a maioria dos parlamentares não terá consciência do que irá votar: "quando acordarmos poderemos ser tarde demais e sair um texto sem pé nem cabeça".

Segundo Richa, com as alterações no regimento interno da Constituinte o trabalho do relator tornou-se complicado, e o parecer perdeu a importância, já que só pôde expressar a opinião de Bernardo Cabral.

— As vésperas da fase final da Constituinte — disse o senador — houve uma mudança nas regras do jogo. E de repente a base para a votação não é mais o substitutivo, e sim um documento com 280 assinaturas que fizeram aflorar a preferência para a votação. Agora, vamos ter que deliberar sobre o texto do **Centrão**.

Para o senador, é necessário que se tente viabilizar um acordo em torno dos temas ainda polêmicos para que a votação seja ordenada, e o texto aprovado fique "razoável". O senador acha que o **Hércules IV** — último projeto de Constituição elaborado pelo Grupo dos 32 — pode ser a base para uma negociação com o **Centrão**.

PLENÁRIO

Viagens esvaziam a sessão da Câmara

GIVALDO BARBOSA

A sessão de ontem, da Câmara dos Deputados, estava tão esvaziada que, em alguns momentos, os poucos parlamentares presentes se revezavam na presidência dos trabalhos, para que todos pudessem ir à tribuna discursar. No final da sessão, o número de funcionários chegava quase ao triplo do número de deputados — oito a três. Até mesmo o deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), que criticou o vazio do Congresso Nacional, não aguentou esperar pelo término da sessão.

O deputado carioca, ao lembrar que é o parlamentar com mais horas de trabalho dentro da Câmara — "há 25 anos conheço a realidade do Congresso" —, criticou a ideia do Presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, de querer realizar sessões aos sábados e domingos. "Se numa sexta-feira já é difícil fazer reuniões como esta, sábado será mais difícil e no domingo será impossível".

Pouco depois, o deputado, Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) — que não estava inscrito para falar mas conseguiu por causa do baixíssimo número de presentes (o máximo que a sessão reuniu foram 11 parlamentares) — defendeu as sessões



João de Deus preside

da Câmara como instrumento para analisar e criticar o País e indicar os rumos da sociedade. Devido às raras sessões da Câmara realizadas no ano passado, o deputado pediu o pleno funcionamento desse Poder Legislativo, mesmo porque os debates na Constituinte não preenchem o vazio deixado pela ausência de um Congresso.

A sessão de ontem apresentou um quorum tão reduzido, que o final dos trabalhos, chegou a ser presidida pelo desconhecido deputado João de Deus Antunes, que acabava de ser desligado do PDT por não cumprir orientação partidária.

Expulso do PDT vai para PTB

Com alguns convites recebidos após ter deixado o PDT, o deputado João de Deus Antunes acabou filiando-se ontem ao PTB, liderado na Assembleia Constituinte pelo deputado paulista Gastone Righi. Dias atrás, o congressista gaúcho dizia que seu afastamento da legenda brizolista ainda estava muito "quente" para que pudesse analisar qualquer filiação. Entretanto, ele terminou por aceitar os reiterados pedidos da bancada petebista, entrando para a sigla.

Magoado com a decisão "intransigente" de seu antigo partido contra sua opção por um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney — "que não viola os pontos programáticos do PDT" —, João de Deus conta que já há alguns meses cogitava sua saída, como maneira inclusiva de firmar posição sobre o mandato presidencial, na medida em que as pressões da bancada petebista exigiam que ele revertesse seu voto pelos quatro anos.

Antecipando-se a uma provável expulsão, o constituinte resolveu então soli-

licitar seu desligamento do PDT, através de documento entregue ao líder da bancada na Assembleia Constituinte, deputado Brandão Monteiro, decisão que foi compartilhada também por outro petebista, deputado Feres Nader (RJ).

Segundo o parlamentar gaúcho, outro motivo o levou à decisão: a diferença de tom de seu discurso em relação ao do partido. "O PDT prima por um discurso ostensivo, exaltado e até mesmo agressivo contra tendências majoritárias no Congresso", afirma. "Ao contrário do meu, mais afeito ao diálogo, às possibilidades de consenso".

Sua opção pelo PTB, observa, deve-se à coincidência de opiniões, principalmente quanto a questões de direito social e ordem econômica, e, mais ainda, à tolerância existente no partido quanto às propostas particulares de seus filiados.

"Né, as opiniões pessoais são respeitadas", citando como exemplo o voto pelos quatro anos de mandato para o presidente Sarney dado na Sistematização pelo congressista Francisco Rossi (PTB-SP), enquanto a tendência majoritária do partido é pelos cinco anos.

Jânio ataca vereador já pela nona vez

São Paulo — Mais duas ações, iniciadas ontem, serão movidas pelo prefeito Jânio Quadros contra o vereador Valter Feldman, do PMDB, seu mais feroz opositor na Câmara Municipal.

Jânio agora processa Feldman em razão de matéria publicada no "Jornal da Tarde" da capital, que traz a seguinte afirmação: "O prefeito Jânio Quadros está disposto a apolar os cinco anos de mandato para o presidente Sarney em troca de US\$ 25 milhões". O prefeito enviou memorando ao secretário dos negócios jurídicos, Cláudio Lembo, determinando que "promova responsabilização criminal desse vereador. Alcança na honra o presidente Sarney, o ministro Antonio Carlos Magalhães e o senhor Roberto Marinho, além de atingir a minha. Capture os delitos mais graves e com maior energia".

Também ontem o prefeito Jânio Quadros enviou ao procurador-geral da Justiça do Estado de São Paulo representação contra o vereador Valter Feldman. Solicita que seja oferecida a competente denúncia contra aquele vereador a fim de ser criminalmente responsabilizado nos termos de diversos artigos da Lei número 5.250/67 (Lei de Imprensa). Será o nono processo movido pelo prefeito contra Feldman.

Essa nova ação é decorrente de entrevista publicada na "Folha de S. Paulo" em 24 de dezembro do ano passado em matéria intitulada "vereador diz que Jânio não foi a Boston conforme constava em seu pedido de licença enviado à Câmara Municipal e aprovado pelos vereadores".

PTB expulsa quem não se opôs a Newton

Belo Horizonte — O presidente regional do PTB em Minas, empresário Aquiles Diniz, anunciou ontem que expulsará do partido os três deputados estaduais de sua bancada na Assembleia Legislativa, por não se oporem às orientações do governador Newton Cardoso na Casa, assumindo um comportamento de fidelidade maior do que dos próprios peemedebistas.

Diniz explicou que o apoio irrestrito dos deputados Milton Cruz, José Maria Pinto e Rubens Garcia ao governo estadual contraria, inclusive, a decisão da Executiva do partido, que trabalha para se caracterizar junto ao eleitorado mineiro opositorista.

Para formalizar a expulsão desses deputados, o presidente do PTB informou que convocará nos próximos dias a direção regional. Ele observou, ainda, que no último encontro da Executiva, a proposta de o partido manter um posicionamento de oposição ao governo de Minas foi vencedora por 38 votos contra apenas um favorável a uma maior aproximação como executivo estadual.

O presidente do PTB acusou seus deputados de negociarem cargos na administração pública em troca de apoio aos projetos do governo na Assembleia Legislativa. Procurados na Assembleia, nenhum dos três petebistas foi encontrado. Milton Cruz viajou para Montes Claros, José Maria Pinto para o Espírito Santo e Rubens Garcia encontra-se no sul de Minas.

PMDB baiano discute rumos "pós-Carta"

Salvador — Com as presenças confirmadas de presidentes ou representantes de pelo menos 15 dos seus 23 diretórios regionais, o PMDB realizou um encontro hoje, em Salvador, com o objetivo de iniciar o processo de discussão sobre os rumos que o partido deverá tomar depois de promulgada a nova Constituição. No encontro, que terá como tema central "O PMDB após a Constituinte", os peemedebistas começarão a discutir também a reformulação dos estatutos e do programa partidários.

Ontem, enquanto recebiam os primeiros correios regionais que chegavam para o encontro, o presidente do PMDB da Bahia, deputado Federal Genebaldo Correia, previa que o PMDB pós-constituinte deverá adotar uma postura de centro-esquerda, "permanecendo nos seus quadros aqueles militantes que comungarem com o novo programa e com o estatuto que o partido certamente terá que elaborar".

Isto porque a futura Constituição deverá estabelecer alterações na atual lei orgânica dos partidos, elevando os estatutos à condição de lei maior que regerá as organizações políticas, diferentemente do que ocorre hoje — previu ainda Genebaldo Correia.